



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6193/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Jandira
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA
Período	12/2017
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	07ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável	Marcelo Marques de Souza
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	177.856.688-09
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Conciliações Bancárias Mensais	12	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA	R\$ 0.00	R\$ 43.080,00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA	R\$ 73.929,00	R\$ 43.080,00	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA	R\$ 0.00	R\$ 73.929,00	R\$ 21.540,01

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 7.481.225,69	R\$ 255.947.615,39	2,9230%	6,0000%
4/2017	R\$ 7.801.834,37	R\$ 230.447.769,01	3,3855%	6,0000%
8/2017	R\$ 7.957.895,69	R\$ 238.085.561,97	3,3425%	6,0000%
12/2017	R\$ 8.314.565,22	R\$ 242.925.459,03	3,4227%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 7.866.998,77	R\$ 235.646.116,85	3,3385%	3,3385%
7/2017	R\$ 7.918.898,30	R\$ 236.963.827,53	3,3418%	3,3385%
8/2017	R\$ 7.957.895,69	R\$ 238.085.561,97	3,3425%	3,3385%
9/2017	R\$ 8.009.461,90	R\$ 236.756.976,86	3,3830%	3,3385%
10/2017	R\$ 8.169.206,96	R\$ 243.579.198,67	3,3538%	3,3385%
11/2017	R\$ 8.187.541,27	R\$ 241.477.630,27	3,3906%	3,3385%
12/2017	R\$ 8.314.565,22	R\$ 242.925.459,03	3,4227%	3,3385%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,4227%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 171.044,22
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 40.599,63
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 130.444,59
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 73.929,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 73.929,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-43,3254%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 43.080,00	R\$ 73.929,00	R\$ 43.080,00	R\$ 73.929,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 1.945.528,87	R\$ 1.945.528,87	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 16.547,52	R\$ 16.547,52	R\$ 0,00
Outros	R\$ 440.505,55	R\$ 14.791.634,95	R\$ 14.692.839,34	R\$ 539.301,16
Total	R\$ 483.585,55	R\$ 16.827.640,34	R\$ 16.697.995,73	R\$ 613.230,16

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 65,55%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 10.572.759,42
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 6.930.195,35
Despesa com folha/Transferências realizadas	65,55%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 170.765.688,09
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.528.800,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,90%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,90%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	118832
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 170.765.688,09
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 10.245.941,28
Total de Despesas do exercício	R\$ 10.572.261,15
Percentual Apurado	6,19%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,19%, valor este superior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018

Hora da Geração: 04:16:24